

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, A  
REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Margarida José César Osório Silva Duarte, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José Carmo Coutinho.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificou qualquer ausência.

**SECRETARIOU**

Chefe de Divisão da Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira da Silva.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 09 horas e 30 minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)**

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, no uso da palavra, disse o seguinte: *“Como é do conhecimento público, o Partido Socialista tem vindo a manifestar a sua discordância pela gestão municipal, que consideramos prejudicial do interesse público, desde, pelo menos, o ano económico de 2006.*

*Desta discordância política são testemunhos todas as declarações produzidas pelos responsáveis autárquicos socialistas, tanto em sede do executivo como em sede da Assembleia Municipal de Lamego, em inequívoca prova de que as posições do Partido Socialista não foram produzidas por razões de interesses conjunturais mas antes resultaram de uma genuína posição política de*

*distanciamento e reprovação pelo muito que de negativo se tem vindo a fazer em Lamego.*

*De todas as manifestações de desacordo há, no entanto, uma que nos merece as maiores reservas e críticas acentuadas e que se prendem, essencialmente, com o processo de constituição da empresa Lamego Convida e posterior criação da parceria público/privada que dá pelo nome de Lamego Renova.*

*Felizmente, foi feita uma auditoria às contas municipais de 2008, pelo Tribunal de Contas, que valida de forma inequívoca o conteúdo das nossas preocupações, sem o que seríamos uma vez mais objeto de perseguição política com recurso às instâncias judiciais, como tem vindo a ser usual nas decisões do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, quando algum dos seus adversários políticos tem a “ousadia” de o contraditar democraticamente.*

*Acontece que, nos últimos tempos, notícias alarmantes têm vindo a correr na opinião pública lamecense, a propósito do Pavilhão Multiusos que, uma vez mais, parece continuar a sofrer de um problema estrutural sem solução aparente.*

*Nestes termos, o Partido Socialista questiona a presente coligação no poder autárquico de Lamego sobre as questões seguintes:*

*1 – Já foi feita a entrega formal e oficial do Pavilhão Multiusos de Lamego à empresa Lamego Convida, por parte da empresa Lamego Renova?*

*2 – Em caso afirmativo, tal entrega cumpriu todos os requisitos legais, nomeadamente a verificação técnica de que o referido Pavilhão se encontra nas condições legais de uso e funcionamento?*

*3 – É verdade que o referido pavilhão voltou a acusar problemas estruturais e que, por causa disso, cedeu alguns centímetros por insuficiência das fundações?*

*4 – E tal deteção ocorreu antes ou depois da entrega formal do equipamento, no caso de tal entrega ter efetivamente ocorrido?*

*5 – E se a estrutura cedeu, como consta em Lamego, foi a empresa Lamego Renova já notificada para a resolução deste grave problema estrutural?*

*6 – Se tal ainda não ocorreu, para quando se prevê a passagem definitiva da licença de utilização para o Pavilhão Multiusos, para que todos os lamecenses saibam, de uma vez por todas, com o que podem contar, tanto em termos de uso como em termos de custos de manutenção deste equipamento público?*

*O Partido Socialista agradece uma resposta cabal e esclarecedora a estas questões, em nome da transparência e do rigor que se deve a todos na gestão das coisas públicas.”*

*Solicitou ainda que lhe fosse fornecido, em suporte digital, o mapa dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lamego, referentes ao mês de*

Agosto, mapa esse que tinha sido disponibilizado em mão na passada reunião do executivo camarário, mas que não foi disponibilizado pelos meios que têm sido utilizados até à presente data.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** em resposta ao senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro informou que, todos os processos judiciais que instaurou contra o Dr. Agostinho Ribeiro têm como causa ofensas cometidas contra a sua honra pessoal e profissional e nunca razões políticas.

Quanto às parcerias público-privadas, o senhor Presidente lembrou, que foi com o governo do Partido Socialista, que se deu início à criação de este tipo de parcerias e que o modelo seguido pelo município de Lamego acompanhou o exemplo que o estado vinha a dar nessa matéria. É evidente que o mau uso de foi feito deste instrumento de financiamento, construção e exploração de equipamentos públicos, especialmente ao nível das PPP rodoviárias levou à descridibilização do modelo, de tal forma que o tribunal de contas não considera estes contratos como verdadeiras PPP.

No que concerne ao Pavilhão Multiusos de Lamego, referiu que o mesmo ainda não foi entregue à Lamego Renova S.A., pelo que neste momento o pavilhão ainda é da responsabilidade do consórcio construtor, por ainda não ter as condições necessárias para ser rececionado. Quanto às anomalias estruturais, não se trata de nenhum problema de fundações. O pavilhão tem efetivamente um problema na estrutura de madeira da cobertura, verificando-se movimentos elevados da cobertura (cerca de 5 a 6 cm) o que origina deformações na cobertura de madeira, sendo essas deformações especialmente acentuadas e graves na zona da cafetaria. Essas deformações provocaram a rotura de telas de impermeabilização e o desencaixe dos tubos da canalização de águas pluviais, que está amarrado às vigas de madeira, o que deu origem a infiltrações de água. Estão a ser estudadas duas opções para resolução do problema: a primeira seria, retirar a cafetaria, efetuar o reforço da estrutura e voltar a colocar a cafetaria, prevendo-se ser esta opção a mais económica; a segunda seria retirar toda a cobertura e reparar o problema em causa prevendo-se ser a opção mais dispendiosa para o consórcio construtor.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente, no entanto referiu que, a ser assim, houve muita imprudência na utilização do pavilhão nos eventos já realizados, uma vez que o mesmo foi utilizado sem respeito pelos procedimentos e regras legais que todos temos de respeitar e cumprir.

#### CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Manuel do Carmo Coutinho**, no uso da palavra, informou o executivo camarário do falecimento, inesperado, do Tenente-General Augusto José Monteiro Valente. O Tenente-General Augusto José Monteiro Valente foi um distinto militar de operações especiais, tendo servido o CIOE/CTOE durante uma parte significativa da sua carreira militar, assumindo, entre outros, os cargos de Comandante de Companhia, Diretor de Instrução e Comandante da Unidade, de 1992 a 1994. Assim propôs a aprovação de um voto de pesar pela perda deste ilustre oficial que sempre defendeu e dignificou a unidade militar sediada em Lamego, bem como a apresentação de condolências, da Câmara Municipal de Lamego, junto da família enlutada e, bem assim, ao CIOE/CTOE.

**Deliberado:** O executivo concordou com a proposta e aprovou, por unanimidade, o voto de pesar, pela perda do ilustre oficial Tenente-General Augusto José Monteiro Valente, que sempre defendeu e dignificou a unidade militar sediada em Lamego, o qual deverá ser transmitido à sua família e ao CIOE/CTOE.

#### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor **Vereador Manuel José do Carmo Coutinho**, no uso da palavra, informou o executivo o seguinte: *“Durante as Festas de Nossa Senhora dos Remédios, a Cidade de Lamego, recebeu autênticos banhos de multidão. Nem tudo foi perfeito, mas as estruturas e as medidas organizacionais tomadas, funcionaram e impediram a ocorrência de estrangulamentos graves, no que diz respeito ao trânsito de pessoas e veículos automóveis. A mediatização foi importantíssima para a dinamização do tecido económico da cidade e para a projeção da marca “Lamego”. Naturalmente os louros de tudo isto vão, em primeira instância, para o principal responsável, o senhor Presidente da Câmara, a quem endosso os parabéns por este relevante serviço prestado a Lamego e aos lamecenses.*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** realçou o facto de se ter conseguido realizar estas festas de uma forma menos dispendiosa.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** referiu que as festas tiveram grande impacto através dos programas televisivos da RTP e da TVI, apesar de achar que os formatos dos programas não terem sido os mais apropriados, porque deveriam ter mais conteúdo referente ao Concelho de Lamego e à região.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o programa das Festas de Nossa Senhora dos Remédios não se avalia pelos espetáculos musicais, as festas devem ter visibilidade pública e assegurar que esta é a verdadeira “Romaria de Portugal”. Quanto aos programas de televisão, são de conteúdo limitado,

principalmente o programa da TVI devido aos contratos que eles têm com empresários e editoras de artistas que patrocinam o programa. O programa da RTP tem um formato diferente havendo a possibilidade de incluir algum conteúdo próprio do Concelho de Lamego. No entanto a realização, na Cidade de Lamego, destes programas de televisão é uma forma muito barata de promoção do concelho, pois as despesas resumem-se ao pagamento de algumas refeições e alojamento, dinheiro este que fica em empresas locais. É por isso uma promoção que iremos continuar a fazer sempre que houver oportunidade. Quanto à apreciação global das festas, considerou-a muito positiva, dada a dedão popular que se verificou nos momentos de maior importância e visibilidade do programa, mas também nos restantes dias.

### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da adjudicação à “EAVT – Empresa Automobilista de Viação e Turismo, Lda” pelos valores constantes do quadro seguinte, a prestação de serviços de transportes de alunos em carreira pública no ano letivo 2012/2013.

Ano	Dias de aulas	Passes escolares		Sub-total	Compensação financeira		Sub-total	Total	IVA 6%	Total
		1º CEB	2º e 3º CEB e ES		1º CEB	2º e 3º CEB e ES				
Total 2012	68	172,53 €	2.070,36 €	152.516,52 €	110,00 €	884,00 €	67.592,00 €	220.108,52 €	13.206,51 €	233.315,03 €
Total 2012 (a)	68	4,65 €	55,89 €	4.116,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.116,72 €	247,00 €	4.363,72 €
Total 2013	100	172,53 €	2.070,36 €	224.289,00 €	110,00 €	884,00 €	99.400,00 €	323.689,00 €	19.421,34 €	343.110,34 €
Total 2013 (b)	100	6,90 €	82,81 €	8.971,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.971,00 €	538,26 €	9.509,26 €
Total 2013 (c)	15	172,53 €	0,00 €	2.587,95 €	110,00 €	0,00 €	1.650,00 €	4.237,95 €	254,28 €	4.492,23 €
Total 2013 (d)	6	0,00 €	2.070,36 €	12.422,16 €	0,00 €	884,00 €	5.304,00 €	17.726,16 €	1.063,57 €	18.789,73 €
Total 2013 (e)	15	6,90 €	0,00 €	103,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,50 €	6,21 €	109,71 €
Total 2013 (e)	6	0,00 €	82,81 €	496,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	496,86 €	29,81 €	526,67 €
Total Global				405.503,71 €			173.946,00 €	579.449,71 €	34.766,98 €	614.216,69 €

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

### RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 14 de setembro de 2012, cuja dotação orçamental é de 346.253,25 € e dotação não orçamental é de 118.285,56 €.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

### FINANÇAS (COD. 27)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo das informações semestrais do auditor externo, sobre a situação económica e financeira

do município, que irão ser apresentadas à Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea d), do artigo 48.º, da Lei nº. 2/2007, de 15 de janeiro.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento deste documento.

## **ORDEM DO DIA**

### **01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4 DE SETEMBRO DE 2012 (COD 03)**

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 4 de setembro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

### **02-ASSUNTO: PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE (COD 42)**

**REQUERENTE:** JOAQUIM PIRES DE LIMA GOUVEIA

**LOCAL:** LUGAR DA CASCALHEIRA – SANDE

Presente proposta de deliberação n.º 479/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao teor da informação n.º 2945/DUDE, de 31 de agosto de 2012, e nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja deferido o pedido de destaque de parcela e emissão da respectiva certidão.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

### **03-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO Nº. 4/86 - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 39)**

**REQUERENTE:** MACÁRIO PEREIRA DA SILVA

**LOCAL:** LUGAR DE CASAL DE SANTO ANTÓNIO – CALÇADA DA GUERRA - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 480/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que, nos termos do artigo 87º. Do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria para receção definitiva das obras de urbanização do loteamento com o alvará nº. 4/86, procedendo-se à extinção da caução existente.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**04-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO (COD 39)**

**REQUERENTE:** FORMA EXUBERANTE – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

**LOCAL:** QUINTA DA CÓNEGA – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 481/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2375 de 18/07/2012, e do parecer do Chefe da DUDE, de 20/07/2012, informando que a requerente foi notificada nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, dado que não solicitou a emissão do alvará de loteamento no prazo legal (um ano após a sua notificação e outro de prorrogação já concedida), no entanto veio alegar que continua interessada na realização do loteamento, mas que ainda não reúne as condições financeiras para avançar com a sua execução, que a situação económica tem sido desfavorável, que já há um grande investimento feito neste processo e que a caducidade deste processo pode levar a empresa para a insolvência, pelo que apelam ao sentido de responsabilidade e preocupação perante a situação não só económica, mas também social do concelho de Lamego, solicitando mais um ano de prorrogação.

Face ao exposto e dado que o RJUE apenas prevê uma prorrogação de prazo e que já foi concedida, propõe à Câmara Municipal que delibere sobre o pedido da requerente.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, dada a grave situação económica que o país e o Município de Lamego atravessam.

**05-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA ARRECADAÇÃO AGRÍCOLA (COD 42)**

**REQUERENTE:** MARIA SANTOS MARTINHO RODRIGUES

**LOCAL:** LUGAR DO PERNAVAL, MAZES - LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 482/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2215 de 04/07/2012 e do parecer do chefe da DUDE de 05/07/2012, informando que na reunião de Câmara de 17/05/2011, foi deliberado solicitar um parecer técnico externo, face às dúvidas levantadas relativamente aos afastamentos laterais do armazém agrícola ao limite do terreno a aplicar em área de ocupação condicionada. Assim, em 27/06/2012 a Dra. Sónia Rodrigues emitiu parecer concluindo o seguinte: “Por cumprimento da última parte n.º 2 do artigo 38º do RPDM, as construções previstas na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, - instalações de apoio

às atividades agrícolas são permitidas desde que os requisitos exigidos nesta alínea sejam cumpridos e a aplicação do artigo 12º do mesmo regulamento garantida.”

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que delibere o procedimento a adotar.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, autorizar o encosto da construção, na área de ocupação condicionada, desde que cumprido o disposto no art. 12.º do Regulamento do PDM, ou seja, desde que não haja fenestrações e não sejam criadas alturas de meiação superiores a 3m.

**06-ASSUNTO:** OBRAS DE DEMOLIÇÃO DO EDIFÍCIO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA (COD 42)

**REQUERENTE:** ÓMINUS, LDA. – ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA AV. DR. ALFREDO DE SOUSA, 30

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 483/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que a Administração do Condomínio do prédio supra referido solicitou autorização para fechar o perímetro do logradouro de acesso à garagem nas traseiras do edifício, comprometendo-se, como contrapartida, a efetuar o arranjo da rampa na via pública sobre o paralelo deslocado cujas reclamações tem vindo a ser feitas junto do Município.

De acordo com a informação n.º 2244, de 09/07/2012, e do parecer do chefe da DUDE de 09/07/2012, o logradouro para o qual a Administração do Condomínio solicita autorização para vedar, não pertence ao prédio, pois foi cedido ao domínio público aquando do licenciamento da construção do edifício, tratando-se de um espaço público.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere sobre o pedido da Administração do Condomínio.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, pois a parcela em causa faz parte do domínio público, devendo os fiscais municipais verificar se existe algum tipo de edificação na referida parcela.

**07-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A STAND DE AUTOMÓVEIS (COD 42)

**REQUERENTE:** CASIMIRO DE BASTOS

**LOCAL:** QUINTA DA COVA DO BARRO - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 484/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2176



de 02/07/2012 e do parecer do chefe da DUDE de 05/07/2012, informando que o requerente veio em 26/06/2012 solicitar que de acordo com o n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, a concessão de incentivo previsto na alínea b) do artigo 5º do mesmo regulamento, ou seja, a redução da taxa devida pela emissão do alvará de licença que assim passará de 6.402,40€ para 3.201,20€.

O referido Regulamento destina-se aos setores do Turismo, Indústria, Artesanato, Pecuária e Silvicultura, não se enquadrando a utilização de Stand de Automóveis e Serviços no Regulamento.

O interesse concelhio concedido pela Câmara foi atribuído no âmbito de permitir a sua construção de acordo com o artigo 38º do RPDM, não de lhe ser concedida qualquer redução de taxas.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 101º do CPA, do projeto de decisão de indeferimento do pedido de concessão de incentivos.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, por não haver fundamentação sustentada para a deferir. O Regulamento de Incentivos à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, destina-se aos sectores do Turismo, Indústria, Artesanato, Pecuária e Silvicultura, não se enquadrando no referido regulamento, a utilização de Stand de Automóveis e Serviços.

**08-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM PARA APOIO À AGRICULTURA E TURISMO (COD 42)

**REQUERENTE:** MANUEL ILDEFONSO DIAS

**LOCAL:** QUINTA DO MOURÃO – VÁRZEA DE ABRUNHAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 485/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2757 de 20/08/2012 e do parecer do chefe da DUDE de 23/08/2012, dando conhecimento que o requerente solicitou, ao abrigo do art. 5 do Regulamento Municipal de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, a dispensa parcial do pagamento das taxas municipais. O deferimento da pretensão carece da classificação da atividade como de interesse municipal nos termos do n.º 4 do referido Regulamento.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o pedido de incentivos do requerente, sendo a redução das taxas de 2.883,00€ para 1.876,61€.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, deferir a pretensão do requerente.

**09-ASSUNTO:** REESTRUTURAÇÃO DE UM ESPAÇO COMERCIAL (COD 42)

**REQUERENTE:** LOJAS MARIANA – COMÉRCIO DE VESTUÁRIO, LDA.

**LOCAL:** SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 486/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2350 de 17/07/2012, e do parecer do chefe da DUDE de 19/07/2012, informando que a requerente foi notificada a proceder à cessação de utilização da fração autónoma identificada pela letra “A” do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 1391 da freguesia da Sé, nos termos do n.º 1 do artigo 109º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, no entanto como referido pelo fiscal municipal na informação n.º 2303 de 12/07/2012 a requerente não procedeu à cessação de utilização.

Pelo exposto, proponho que a Exma. Câmara delibere o despejo administrativo, nos termos do n.º 2 do artigo 109º do decreto-lei n.º 555/99 de 16/12, e a participação aos Serviços do Ministério Público de Lamego dado que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100º do referido diploma legal, incorreu na prática do crime de desobediência, previsto e punido no artigo 348º do código penal.

**Deliberado:** Retirar este assunto da ordem de trabalhos, devendo regressar numa próxima reunião.

**10-ASSUNTO:** REMODELAÇÃO DOS SANITÁRIOS DE APOIO À NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (COD 42)

**REQUERENTE:** REAL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

**LOCAL:** NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 487/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2510 de 27/07/2012, e do parecer do Chefe da DUDE, de 27/08/2012, informando que a requerente foi notificada nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de Dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, dado que não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido, pelo que, proponho que a Câmara Municipal delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**11-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)**

**REQUERENTE:** SANDRA CRISTINA FERNANDES MACHADO ALMEIDA

**LOCAL:** RUA DE S. LÁZARO - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 488/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2006, de 19/06/2012, e do parecer do Chefe da DUDE, de 02/07/2012, informando que a requerente foi notificada nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de Dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do alvará de licença n.º 28/10, nos termos da alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere o arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, o arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**12-ASSUNTO: HABITAÇÃO EM RUÍNA (COD 42)**

**REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ

**LOCAL:** RUA NOSSA SENHORA DOS MENINOS, N.º 13 – BAIRRO DA PONTE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 489/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal proponho à Câmara Municipal que, com base na informação n.º 401/DAC, de 28.08.2012, e nos termos da aplicação conjugada do art. 138.º, n.º 1 do art. 142.º, n.º 1 do art. 143.º e art. 144.º, todos do CPA e aplicáveis *in casu* por remissão do art. 122.º do RJUE, delibere revogar a deliberação tomada na reunião realizada a 06.04.2010, mediante a qual homologou o auto de vistoria n.º 36, de 23.03.2010 e, atendendo ao período temporal entretanto decorrido entre o dia em que foi realizada essa segunda vistoria – 23.03.2010 – e a presente data, determine a realização de nova vistoria ao edifício em causa, nos termos do art. 90.º do RJUE, na sequência da qual virá a ser lavrado novo auto, do qual terão de constar, obrigatoriamente, as obras preconizadas, as quais só poderão ser, nos termos do n.º 2 do art. 89.º, de conservação (extraordinária), ou, nos termos do respetivo n.º 3, de demolição (total ou parcial).

**Deliberado:** Aprovado, por unanimidade, a realização de uma nova vistoria ao edifício em causa, nos termos do artigo 90º do RJUE. Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, revogar da deliberação tomada na reunião realizada a 06.04.2010, tendo por base a informação n.º 401/DAC, de 28.08.2012, e nos termos da aplicação conjugada do art. 138.º, n.º 1 do art. 142.º, n.º 1 do art. 143.º e art. 144.º, todos do CPA e aplicáveis *in casu* por remissão do art. 122.º do RJUE.

**13-ASSUNTO:** 2ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2ª. REVISÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA (**COD 43**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 490/43/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, tendo em consideração a necessidade de se proceder à contabilização de novas receitas e de se eliminarem projetos de investimento que não se irão concretizar, bem como reforço de algumas despesas, propõe à Câmara Municipal que seja aprovada a 2ª Revisão do Orçamento da Despesa e do Plano de Atividades Municipais e de Investimentos, no montante de 860.961,78€, e à 2ª Revisão do Orçamento da Receita, com a inclusão de quatro novas rubricas.

Mais propõe que o processo seja remetido à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me nesta matéria por uma questão de princípio, já que o Partido Socialista votou contra o Orçamento e Opções do Plano para 2012, pelo que se distancia da execução desses instrumentos de gestão financeira, cuja competência é da exclusiva responsabilidade do restante executivo. Assim, sendo esta matéria da gestão normal e corrente da Câmara Municipal, distancio-me, igualmente, das modificações orçamentais introduzidas, tal como na presente revisão orçamental.*

**14-ASSUNTO:** DESAFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA ROTUNDA FERNANDO AMARAL (**COD 43**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 491/43/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, com a construção da rotunda Dr. Fernando Amaral em 2003, um troço de caminho com a área de 616,50 m2 ficou inutilizado, uma vez que foi substituído pelo novo acesso, e por isso existe a possibilidade de ser dispensado, por ser desnecessário ao domínio público, sendo atualmente utilizado para vazadouro de lixo.

Por despacho do senhor Vice-Presidente em substituição do Sr. Presidente da Câmara de 2012/05/18, foi autorizado o início do processo de desafetação, de uma parcela de terreno com 616,50 m<sup>2</sup>, ao domínio público, confinante com a rotunda Dr. Fernando Amaral.

Foi publicitado o início do processo de desafetação, através da fixação de editais nos locais habituais, a dar conhecimento do início do processo de desafetação, foi publicado no jornal Douro Hoje, edição 1165, página 16, não tendo havido reclamações, tendo sido solicitado parecer à Junta de Freguesia de Almacave, que emitiu parecer favorável, desde que seja salvaguardado o acesso condigno à habitação familiar ali existente.

Foi efetuado levantamento topográfico, tendo-se concluído que, apesar de se deixar uma faixa com uma largura média de 3,5 m, garantindo assim o acesso aos prédios confinantes, a parcela de terreno a desafetar tem uma área de 644,68 m<sup>2</sup>, e não 616,50 m<sup>2</sup> como inicialmente se estimou, pelo que deverá ser corrigida a área proposta a desafetar.

Descrição da parcela:

**Área:** 644,68 m<sup>2</sup>;

**Localização:** Rotunda Dr. Fernando Amaral, freguesia de Almacave

Confrontações:

**Norte, Sul e Poente:** Terrenos do domínio público;

**Nascente:** Herdeiros de António Teixeira e terrenos do domínio público;

Face ao exposto, e tendo decorrido trinta dias após a publicação, e dado que não houve reclamações, deve o processo prosseguir os trâmites legais, nomeadamente ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art. 53º n.º 4 alínea b) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

**Deliberado:** A proposta foi aprovada, por unanimidade, devendo este assunto ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do cumprimento do disposto da alínea b), do n.º4, art. 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Nesta fase, o senhor **Vereador Manuel do Carmo Coutinho** ausentou-se da reunião, por motivos pessoais.

**APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

**15-ASSUNTO:** ADENDA AO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E O SPORTING CLUBE DE LAMEGO (**COD 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 492/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 356/GJD, para que seja aprovada a minuta da adenda ao protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e o Sporting Clube de Lamego no valor de 10.000,00€ (dez mil euros).

**Deliberado:** Aprovada, por unanimidade, tendo o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, feito a seguinte declaração de voto: *“Votei a favor, pois não havendo informação dos serviços, parto do princípio, que não há qualquer impedimento, no que diz respeito aos fundos disponíveis, tendo em conta a Lei dos Compromissos.”*

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

- 1- Amândio do Carmo Fonseca, Sé;
- 2- Manuel Ferreira Adrega, Presidente da Junta de Freguesia da Sé;
- 3- Jorge Manuel Pinto, Sé;
- 4- Dimas da Piedade Francisco, Cepões.

1. Tomou a palavra o senhor **Amândio do Carmo Fonseca**, para agradecer a oportunidade que foi dada à APITIL em participar com a sua “tasquinha” nas Festas de Nossa Senhora dos Remédios, informando que o valor da receita, ronda os €32 000, o que é muito importante para a instituição, Referiu-se também à Feira da Bôla, lamentando que à APITIL não tenha sido permitida a participação na Feira da Bôla, mostrando o seu desagrado por haver um participante nessa feira, embora seja um investidor local. Não é oriundo de Lamego, tendo promovido vários artigos de bôla, que não são tradicionais de Lamego, tais como a bôla de chila e a bola de chocolate.

O senhor **Presidente da Câmara** mostrou a sua satisfação por ter sido proveitosa a participação da APITIL nas Festas de Nossa Senhora dos Remédios, tendo em conta o investimento realizado na aquisição da estrutura da “tasquinha”. Realçou também a importância do contributo dado pelas “tasquinhas” à animação da avenida. Quanto à Feira da Bôla, o senhor Presidente informou que o evento é desenvolvido juntamente com a Associação de Empresários de Hotelaria e Turismo do Douro, sendo as candidaturas feitas pelos restaurantes, pastelarias, padarias e cafés do Concelho de Lamego, sendo necessário decidir se o certame é restrito a empresas ou aberto a outro tipo de instituições. Referiu também que é evidente e fundamental que se mantenham os valores tradicionais como os ingredientes, o paladar e o aspeto da bola de Lamego, embora se tenha que ter um pouco de abertura à inovação, sendo fundamental acompanhar novos hábitos de consumo, pois se toda a gente aceita que “novos” ingredientes como o fiambre sejam incorporados na bola, há outro tipo de necessidades dos consumidores, como por exemplo os vegetarianos, que podem vir a ser acauteladas no moderno fabrico da bola de Lamego.

O senhor **Amândio Carmo da Fonseca** interveio com o objectivo de esclarecer alguns assuntos referentes à Freguesia da Sé. Inicialmente o senhor Amândio Fonseca referiu que ficou surpreendido, através de uma informação relatada por uma funcionária da APITIL, no qual refere que atualmente o responsável pelas refeições da Escola N.º 2 da Sé, é o senhor António Rodrigues, atual Presidente da Junta de Freguesia de Cepões, lamentando o facto de o fornecimento das refeições não iria ser gerido pela Junta de Freguesia da Sé, visto que, no passado, o sistema de refeições funcionou muito bem, onde a APITIL participou fornecendo as refeições a 1,50€ por aluno. Referiu também que o senhor Antonio Rodrigues, mete-se em tudo e manda em tudo, por isso mesmo pediu ao Executivo Camarário que verificasse as contas da Associação de Freguesias do Sudeste de Lamego.

De seguida lamentou o facto de que, na sua opinião, que a Câmara não tem apoiado significativamente, a Freguesia da Sé. Reclamou pelo facto de haver “verdinho” em localidades com transportes públicos, como por exemplo Cepões e Arneirós, e não haver o “verdinho” na localidade de Alvelos. A população de Alvelos tem que percorrer alguma distância para apanhar transportes públicos na Estrada Municipal 226.

Por último lamentou-se pelo facto de se terem desligado 44 lâmpadas na estrada que liga a rotunda da Seminário em direção a Alvelos que passa pelo novo Hospital de Lamego, enquanto, por exemplo, em Cepões existe uma rua que tem 11 lâmpadas de um lado e mais 11 lâmpadas do outro lado da estrada.

O senhor **Presidente da Câmara** em resposta às exposições apresentadas pelo senhor Amândio Fonseca, relativamente à Escola N.º2 da Sé, informou que quando se construíram os centros escolares, não foi com o intuito de os destinar à população escolar da freguesia onde está localizado, mas sim à população escolar de um grupo de freguesias. Por esse motivo tomou a decisão de desafiar as freguesias a criar associações de freguesias e de atribuir a essas associações a competência de para gestão dos centros escolares, bem como a gestão física do equipamento, que inclui a limpeza e a segurança, quer a gestão das refeições escolares do pré-escolar e do 1.º ciclo e o prolongamento de horário. Não poderíamos ter uma posição diferente em relação à Escola n.º2 da Sé, senão atribuir a gestão à associação de freguesias da área do agrupamento de escolas a que pertence, ou seja a Associação de Freguesias do Sudeste de Lamego. Isso não quer dizer que tenhamos feito uma má avaliação do trabalho que a Junta de Freguesia da Sé, ou de qualquer outra junta, antes pelo contrário, temos uma avaliação muito positiva e favorável do trabalho que tem sido feito pela junta da Sé e pela generalidade das juntas do concelho. A escolha do método de gestão do fornecimento das refeições escolares é da competência das associações de freguesias. A Associação de Freguesias do Sudeste de Lamego optou por confeccionar as refeições na nova cantina da Escola n.º2 da Sé, à semelhança do que acontece em todos os outros centros escolares. Com esta opção há a possibilidade de criar emprego local e de conseguir acordos com os fornecedores locais que permitam melhores preços dos produtos, podendo, com isso, ter algum benefício financeiro. Para além disso têm ao seu dispor uma nutricionista que assegura o controlo da qualidade do equilíbrio nutricional das refeições, dentro do orçamento das associações, analisa as reclamações e transmite as regras e as recomendações necessárias aos funcionários das cozinhas. Haveria mais duas opções para o fornecimento de refeições escolares: aderindo ao concurso lançado pelo ministério da educação e previsto no Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do Ministério da Educação ou o município realizar um concurso para fornecimento de refeições escolares por empresas da especialidade. Estou certo de que optamos pela melhor solução.

Quanto às contas da Associação de Freguesias do Sudeste de Lamego, devem as mesmas ser verificadas pelos órgãos que compõem a associação e ser remetidas, como já são, ao município para conhecimento.

No que se refere ao “Verdinho”, o senhor Presidente informou que este sistema de transportes urbanos tem vindo a ser alvo de alterações e alargamento da área de influência, sem afectar os serviços de táxis e as carreiras públicas de transportes



concessionárias pelo IMTT. A situação dos transportes públicos, na localidade de Alvelos, é uma questão a ser estudada juntamente com a EAVT.

No que diz respeito à iluminação pública, o senhor Presidente informou que o acesso que o senhor Amândio Fonseca se refere, trata-se do acesso secundário ao novo Hospital de Lamego, pois o acesso principal é na rotunda da A24. A decisão de desligar lâmpadas de iluminação pública, foi uma consequência do aumento do IVA nas faturas da eletricidade, com o objetivo de se poupar optou-se por desligar as lâmpadas que não tinham necessidade de estarem ligadas, e por desligar a totalidade da iluminação nas zonas rurais no período das 2h às 5h da manhã. O que não significa que não possa haver alterações tanto na ligação como na desligação de lâmpadas de iluminação pública. Dará instruções ao GAF e à DMSU para articularem com as juntas de freguesia eventuais ajustamentos.

2. De seguida, interveio o senhor **Manuel Ferreira Adrega**, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, afirmando que a Junta de Freguesia da Sé, tem feito tudo que está ao seu alcance para cumprir as suas atribuições, e que, a Câmara Municipal de Lamego sempre colaborou, nos pedidos feitos por aquela Junta.

3. Usou da palavra o senhor **Jorge Manuel Pinto**, residente na Rua da Olaria, na Freguesia da Sé, dizendo que pretendia expor vários assuntos. Começou por informar que a Rua da Olaria não tem suficientes escoadouros de água e que, quando chove, a água que escorre da Rua do Castelo também é encaminhada para a Rua da Olaria. Que com as recentes obras, a rua ficou muito bonita, mas não ficou resolvido o problema. Referiu também que na mesma rua continua a haver estacionamento e circulação abusiva de veículos automóveis o que faz com que o piso fique com bastantes resíduos de óleo. Pediu, também, esclarecimentos relativos ao horário de funcionamento dos bares da Rua da Olaria e o ruído provocado pelos seus clientes, embora tenha referido que não tem nada contra os bares, muito menos contra os seus proprietários, que são jovens e que deseja que tenham muito sucesso.

O senhor **Presidente da Câmara** informou o senhor Jorge Pinto que o Executivo Camarário não tinha conhecimento que, na Rua da Olaria, o sistema de drenagem de águas pluviais não funcionava, por isso mesmo não se teve em conta alterações ao sistema com as recentes obras, sendo mantido o existente ali existente há quase vinte anos. No entanto irá esse assunto ser encaminhado para os serviços da DOM e da DMSU para análise. Irá ser pedida fiscalização da PSP ao estacionamento e à circulação automóvel na referida rua. Os bares têm horário normal de funcionamento até às 2h. Pontualmente é pedido o alargamento de

horário de funcionamento até às 4h em dias de festa, vésperas de feriado e fins-de-semana.

O senhor **Jorge Manuel Pinto**, questionou ainda o executivo sobre qual o motivo de as piscinas cobertas estarem fechadas no mês de agosto. Informou que em várias ruas da cidade existem constantemente veículos estacionados nos passeios, o que provoca também o aparecimento de resíduos de óleo. Referiu finalmente, que os agentes da PSP só circulam na cidade dentro do veículo e não a pé, o que consideram desadequado à função que exercem.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Jorge Pinto, que as piscinas cobertas estão fechadas no mês de agosto, devido à baixa procura nesse período e aos elevados custos com a manutenção. Informou também, em relação ao estacionamento abusivo nos passeios, que irá ser pedida fiscalização da PSP.

4. Interveio o senhor **Dimas da Piedade Francisco**, no qual informou que na localidade de Maças, um particular efetuou a abertura de um poço que afetou o fluxo de água da fonte. Referiu também que cometeu um lapso aquando do pedido de indemnização e por isso queria ver esse lapso corrigido, ou seja, queria ser ressarcido de mais 500 €.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Dimas da Piedade Francisco, que o assunto do poço particular deve ser exposto à Administração Regional Hidrográfica do Norte. Quanto ao pedido de indemnização, esse assunto já tinha sido resolvido.

#### **16-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

#### **17-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira da Silva.

O Presidente,

O Secretário